

O CÂNON DAS ESCRITURAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A VIDA DA IGREJA

120-141

INTRODUÇÃO



Você já ouviu falar dos evangelhos apócrifos? Muitas vezes eles são apresentados como descobertas sensacionais porque reveladores de informações secretas, de tradições destinadas somente a alguns privilegiados, de doutrinas que são escondidas do grande público. Relatos sobre a infância e adolescência de Jesus, seus vínculos com Maria Madalena, seus planos com o Judas Iscariotes são temas recorrentes de notícias pretensamente inéditas. Na realidade, em qualquer boa livraria podemos encontrar edições dos evangelhos apócrifos. Tais escritos são chamados apócrifos em oposição aos canônicos por que estes, à diferença daqueles, são reconhecidos como inspirados.

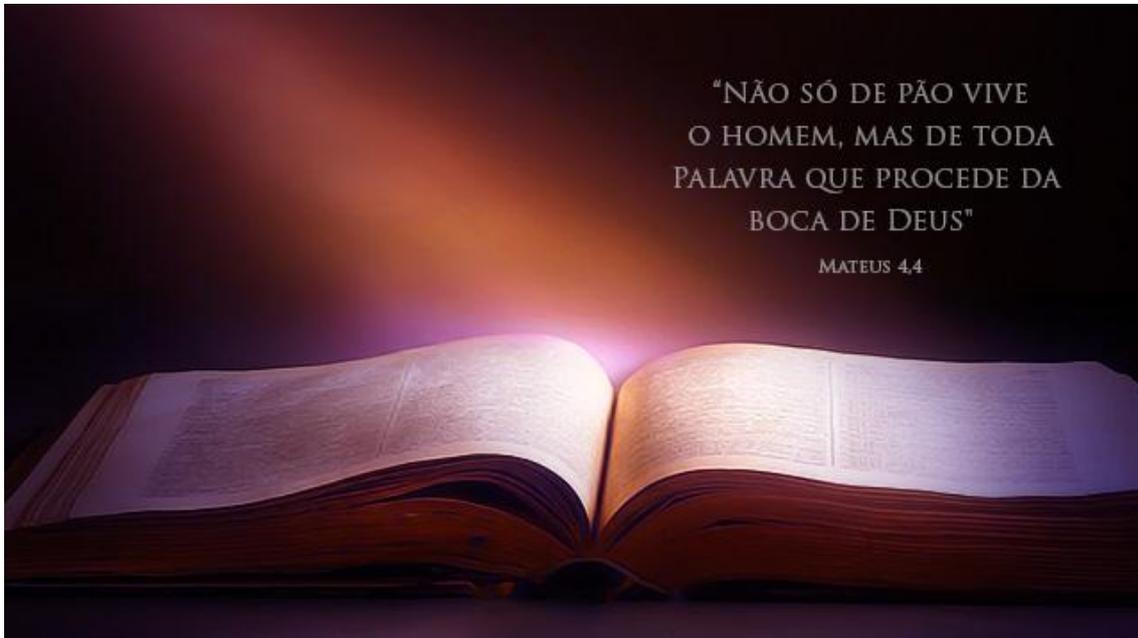
Os parágrafos que estudaremos hoje se referem exatamente sobre o tema do Cânon das Escrituras.

Atenção aos termos “Cânon das Escrituras” e “Deuterocanônicos”

Cânon das Escrituras: é a coleção ou a lista dos livros da Bíblia reconhecidos oficialmente pela Igreja como inspirados e normativos para o ensino e para a conduta. Entre as várias denominações cristãs, o elenco difere. Na terminologia católica se distinguem os livros protocanônicos e os livros deuterocanônicos. Estes últimos são livros cujo caráter inspirado nem sempre foi aceito por todos os cristãos. Entre os hebreus (para o AT) e entre os Protestantes (AT e NT) estes livros são considerados apócrifos. Na Igreja Católica a delimitação definitiva do cânon bíblico foi fixada somente no concílio de Trento.

Deuterocanônicos: livros do AT escritos em grego (a maior parte entre 200 a.C. e 70 d.C), publicados nas Bíblias católicas, mas ausentes na maioria das Bíblias protestantes (os protestantes chamam esses livros de “apócrifos”. Compreendem os livros de Tobias, Judite, Sirácide, Sabedoria, 1º e 2º Macabeus (cf. DS 213, 354).

TEXTO 120-141
CAPÍTULO SEGUNDO
DEUS VEM AO ENCONTRO DO HOMEM
ARTIGO 3
A SAGRADA ESCRITURA



IV. O Cânon das Escrituras

120. Foi a Tradição Apostólica que levou a Igreja a discernir quais os escritos que deviam ser contados na lista dos livros sagrados (DV 8). Esta lista integral é chamada «Cânon» das Escrituras. Comporta, para o Antigo Testamento, 46 (45, se se contar Jeremias e as Lamentações como um só) escritos, e, para o Novo, 27 (DV 12):

Para o Antigo Testamento: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio, Josué, Juízes, Rute, os dois livros de Samuel, os dois livros dos Reis, os dois livros das Crônicas, Esdras e Neemias, Tobias, Judite, Ester, os dois livros dos Macabeus, Jó, os Salmos, os Provérbios, o Eclesiastes (ou Coelet), o Cântico dos Cânticos, a Sabedoria, o livro de Ben-Sirac (ou Eclesiástico), Isaías, Jeremias, as Lamentações, Baruc, Ezequiel, Daniel, Oseias, Joel, Amós, Abdias, Jonas, Miqueias, Naum, Habacuc, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias.

Para o Novo Testamento: Os evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João; os Atos dos Apóstolos; as epístolas de São Paulo: aos Romanos, primeira e segunda aos Coríntios, aos Gálatas, aos Efésios, aos Filipenses, aos Colossenses, primeira e segunda aos Tessalonicenses, primeira e segunda a Timóteo, a Tito, a Filemon: a Epístola aos Hebreus; a Epístola de Tiago, a primeira e segunda de Pedro, as três epístolas de João, a Epístola de Judas e o Apocalipse.



O ANTIGO TESTAMENTO

121. O Antigo Testamento é uma parte da Sagrada Escritura de que não se pode prescindir. Os seus livros são divinamente inspirados e conservam um valor permanente (DV 14), porque a Antiga Aliança nunca foi revogada.

122. Efetivamente, «a economia do Antigo Testamento destinava-se, sobretudo, a preparar [...] o advento de Cristo, redentor universal».

Os livros do Antigo Testamento, «apesar de conterem também coisas imperfeitas e transitórias», dão testemunho de toda a divina pedagogia do amor salvífico de Deus: neles «encontram-se sublimes doutrinas a respeito de Deus, uma sabedoria salutar a respeito da vida humana, bem como admiráveis tesouros de preces»; neles, em suma, está latente o mistério da nossa salvação» (DV 15).

123. Os cristãos veneram o Antigo Testamento como verdadeira Palavra de Deus. A Igreja combateu sempre vigorosamente a ideia de rejeitar o Antigo Testamento, sob o pretexto de que o Novo o teria feito caducar (Marcionismo).



O NOVO TESTAMENTO

124. «A Palavra de Deus, que é força de Deus para salvação de quem acredita, apresenta-se e manifesta o seu poder dum modo eminente nos escritos do Novo Testamento» (DV 17). Estes escritos transmitem-nos a verdade definitiva da Revelação divina. O seu objeto central é Jesus Cristo, o Filho de Deus encarnado, os seus atos, os seus ensinamentos, a sua Paixão e glorificação, bem como os primórdios da sua Igreja sob a ação do Espírito Santo (DV 20).

125. Os *evangelhos* são o coração de todas as Escrituras, «enquanto são o principal testemunho da vida e da doutrina do Verbo encarnado, nosso Salvador» (DV 18).

126. Na formação dos evangelhos podemos distinguir três etapas:

1. *A vida e os ensinamentos de Jesus.* A Igreja sustenta firmemente que os quatro evangelhos, «cujas historicidade afirma sem hesitações, transmitem fielmente as coisas que Jesus, Filho de Deus, realmente operou e ensinou para salvação eterna dos homens, durante a sua vida terrena, até ao dia em que subiu ao Céu».

2. *A tradição oral.* «Na verdade, após a Ascensão do Senhor, os Apóstolos transmitiram aos seus ouvintes (com aquela compreensão mais plena de que gozavam, uma vez instruídos pelos acontecimentos gloriosos de Cristo e iluminados pelo Espírito de verdade) as coisas que Ele tinha dito e feito».

3. *Os evangelhos escritos.* «Os autores sagrados, porém, escreveram os quatro evangelhos, escolhendo algumas coisas, entre as muitas transmitidas por palavra ou por escrito, sintetizando umas, desenvolvendo outras, segundo o estado das Igrejas, conservando, finalmente, o carácter de pregação, mas sempre de maneira a comunicarmos coisas verdadeiras e sinceras acerca de Jesus» (DV 19).

127. O Evangelho quadriforme ocupa na Igreja um lugar único, de que são testemunhas a veneração de que a Liturgia o rodeia e o atrativo incomparável que em todos os tempos exerceu sobre os santos:

«Não há doutrina melhor, mais preciosa e esplêndida do que o texto do Evangelho. Vede e retende o que nosso Senhor e Mestre, Cristo, ensinou pelas suas palavras e realizou pelos seus atos» (Santa Cesária, *A Jovem, Epistula ad Richildam et Radegundem*: SC 345,480).

«É sobretudo o *Evangelho* que me ocupa durante as minhas orações. Nele encontro tudo o que é necessário à minha pobre alma. Nele descubro sempre novas luzes, sentidos escondidos e misteriosos» (Santa Teresa do Menino Jesus e da Santa Face, *Obras Completas*, Paço de Arcos. Edições do Carmelo 1996, p. 213).

A UNIDADE DO ANTIGO E DO NOVO TESTAMENTO



128. A Igreja, já nos tempos apostólicos (cf. 1Cor 10,6; Hb 10,1; 1Pd 3,21), e depois constantemente na sua Tradição, pôs em evidência a unidade, do plano divino nos dois

Testamentos, graças à *tipologia*. Esta descobre nas obras de Deus, na Antiga Aliança, prefigurações do que o mesmo Deus realizou na plenitude dos tempos, na pessoa do seu Filho encarnado.

129. Os cristãos leem, pois, o Antigo Testamento à luz de Cristo morto e ressuscitado. Esta leitura tipológica manifesta o conteúdo inesgotável do Antigo Testamento. Mas não deve fazer-nos esquecer de que ele mantém o seu valor próprio de Revelação, reafirmado pelo próprio Jesus, nosso Senhor (cf. Mc 12,29-31). Aliás, também o Novo Testamento requer ser lido à luz do Antigo. A catequese cristã primitiva recorreu constantemente a este método (cf. 1Cor 5,6-8; 10,1-11). Segundo um velho adágio, o Novo Testamento está oculto no Antigo, enquanto o Antigo é desvendado no Novo: «Novum in Vetere latet et in Novo Vetus patet» – «O Novo está oculto no Antigo, e o Antigo está patente no Novo» (Santo Agostinho, *Quaestiones in Heptateucum* 2, 73: CCL 33. 106 [PL 34, 623]).

130. A tipologia significa o dinamismo em ordem ao cumprimento do plano divino, quando «Deus for tudo em todos» (1Cor 15, 28). Assim, a vocação dos patriarcas e o êxodo do Egito, por exemplo, não perdem o seu valor próprio no plano de Deus pelo fato de, ao mesmo tempo, serem etapas intermédias desse mesmo plano.



V. A Sagrada Escritura na vida da Igreja

131. «É tão grande a força e a virtude da Palavra de Deus, que ela se torna para a Igreja apoio e vigor e, para os filhos da Igreja, solidez da fé, alimento da alma, fonte pura e perene de vida espiritual» (DV 21). É necessário que «os fiéis tenham largo acesso à Sagrada Escritura» (DV 22).

132. «O estudo das Páginas sagradas deve ser como que a "alma" da sagrada teologia. Também o ministério da Palavra, isto é, a pregação pastoral, a catequese, e toda a espécie de instrução cristã, na qual a homilia litúrgica deve ter um lugar principal, com proveito se alimenta e santamente se revigora com a palavra da Escritura» (DV 24).

133. A Igreja «exorta com ardor e insistência todos os fiéis [...] a que aprendam "a sublime ciência de Jesus Cristo" (Fl 3,8) na leitura frequente da Sagrada Escritura. Porque "a ignorância das Escrituras é ignorância de Cristo"» (DV 25).

Resumindo:

134. *Omnis Scriptura divina unus liber est, et ille unus liber Christus est, «quia omnis Scriptura divina de Christo loquitur; et omnis Scriptura divina in Christo impletur» – Toda a Escritura divina é um só livro, e esse livro único é Cristo, «porque toda a Escritura divina fala de Cristo e toda a Escritura divina se cumpre em Cristo»* (Hugo de São Vítor, *De arca Noe* II, 8: PL 176,642; cf. *Ibid.* 2. 9: PL 176,642-643).

135. «As Sagradas Escrituras contêm a Palavra de Deus; e, pelo fato de serem inspiradas, são verdadeiramente a Palavra de Deus» (DV 24).

136. *Deus é o autor da Sagrada Escritura, ao inspirar os seus autores humanos: age neles e por eles. E assim nos dá a garantia de que os seus escritos ensinam, sem erro, a verdade da salvação* (DV 11).

137. *A interpretação das Escrituras inspiradas deve, antes de mais nada, estar atenta ao que Deus quer revelar, por meio dos autores sagrados, para nossa salvação. O que vem do Espírito não é plenamente entendido senão pela ação do Espírito* (Cf. Orígenes, *Homiliae in Exodum* 4,5: SC 321,128 [PG 12, 320]).

138. *A Igreja recebe e venera, como inspirados, os 46 livros do Antigo e os 27 do Novo Testamento.*

139. *Os quatro evangelhos ocupam um lugar central, dado que Jesus Cristo é o seu centro.*

140. *A unidade dos dois Testamentos deriva da unidade do plano de Deus e da sua Revelação. O Antigo Testamento prepara o Novo, ao passo que o Novo dá cumprimento ao Antigo. Os dois esclarecem-se mutuamente; ambos são verdadeira Palavra de Deus.*

141. «A Igreja sempre venerou as Divinas Escrituras, tal como o próprio Corpo do Senhor» *ambos alimentam e regem toda a vida cristã. «A vossa Palavra é farol para os meus passos e luz para os meus caminhos»* (Sl 119,105; cf. Is 50,4).



REVISANDO TEMAS

1. Cânon da Escritura

O Cânon da Escritura é importante para fazer frente à tentação recorrente tanto de excluir certas partes das Escrituras quanto à de acrescentar outros escritos que se apresentam com uma roupagem de revelação divina. Exemplos históricos da tendência de cancelar partes da Bíblia são os agnósticos e o marcionismo. Os agnósticos rejeitavam os textos que falavam da encarnação do Verbo. Marcião rejeitava o AT porque o considerava obra do “Demiurgo Mau”.

Tanto a tendência de querer acrescentar outros escritos pretensamente inspirados quanto aquela de excluir certas partes da Bíblia não fazem justiça à novidade de Cristo porque a consideram incompleta (e por isso é preciso acrescentar outros livros) ou porque “contaminada” por doutrinas humanas (e por isso as Escrituras precisariam ser purificadas desses desvios).

Atenção: Marcionismo e Gnosticismo.

Marcionismo: movimento dualista ascético fundado por Marcião, nascido no Ponto, na Ásia Menor. Marcião veio a Roma aproximadamente no ano 140 e foi excomungado em 144. Nas suas *Antíteses*, ele sustentava que o criador (demiurgo) e a lei do AT eram absolutamente incompatíveis com o Deus de amor e de graça pregado por Jesus. Por isso ele rejeitava completamente as Escrituras hebraicas, aceitava somente as cartas paulinas e uma versão mutilada do Evangelho de Lucas. Interpretava a pessoa e a obra de Cristo segundo uma perspectiva doceta. Por algum tempo, Marcião teve muitos seguidores. Grandes teólogos, como Santo Irineu de Lião (aprox. 130-200) e Tertuliano (aprox. 160-220), sentiram o dever de confutá-lo. A formação do cânon foi em parte uma resposta às teorias erradas de Marcião no fim do séc. III, os seus seguidores tinham se tornado em grande parte maniqueus. Mas, a rejeição marcionita ou ao menos a subestimação do AT permanece como tentação perene para os cristãos.

Gnosticismo: movimento religioso dualista, que

1. se inspirava no hebraísmo, no cristianismo e no paganismo;
2. emergiu com clareza no séc. II;
3. apresentava a salvação como um conjunto de elementos espirituais livres da matéria ambiental malvada.

Os gnósticos cristãos negavam a encarnação rela de Cristo e a *salus carnis* (lat. “salvação da carne”) por ele realizada. Rejeitavam (ou modificavam) a tradição e as escrituras nas linhas fundamentais do cristianismo, vangloriando-se de um conhecimento privilegiado (de Deus e da nossa sorte humana) como fruto de tradições secretas e de revelações. Os escritores ortodoxos cristãos, especialmente Santo Irineu (aprox 130-200) fornecem muitas informações sobre o gnosticismo. Um conhecimento direto mais profundo desse movimento foi possível depois de 1945, quando cinquenta e dois escritos que tratavam do gnosticismo, em língua copta e do séc. IV d.C., foram encontrados em Nag Hammadi (Egito).

Leitura complementar. O cânon bíblico obriga também a levar em consideração as passagens bíblicas que descrevem atos imorais e violentos. Também tais passagens são Escritura inspirada e não devem ser canceladas sob o pretexto de depurar a Palavra de Deus de tais “máculas” para torna-las mais “edificantes”. Mas é preciso ler tais passagens levando em o caráter histórico da Revelação e das Escrituras. É sobre esse tema que se debruça a *Verbum Domini* 42.

No contexto da relação entre Antigo e Novo Testamento, o Sínodo enfrentou também o caso de páginas da Bíblia que às vezes se apresentam obscuras e difíceis por causa da violência e imoralidade nelas referidas. Em relação a isto, deve-se ter presente antes de mais nada que a revelação bíblica está profundamente radicada na história. Nela se vai progressivamente manifestando o desígnio de Deus, atuando-se lentamente ao longo de etapas sucessivas, não obstante a resistência dos homens. Deus escolhe um povo e, pacientemente, realiza a sua educação. A revelação adapta-se ao nível cultural e moral de épocas antigas, referindo conseqüentemente fatos e usos como, por exemplo, manobras fraudulentas, intervenções violentas, extermínio de populações, sem denunciar explicitamente a sua imoralidade. Isto se explica a partir do contexto histórico, mas pode surpreender o leitor moderno, sobretudo quando se esquecem tantos comportamentos «obscuros» que os homens sempre tiveram ao longo dos séculos, inclusive nos nossos dias. No Antigo Testamento, a pregação dos profetas ergue-se vigorosamente contra todo o tipo de injustiça e de violência, coletiva ou individual, tornando-se assim o instrumento da educação dada por Deus ao seu povo como preparação para o Evangelho. Seria, pois, errado não considerar aqueles passos da Escritura que nos aparecem problemáticos. Entretanto deve-se ter consciência de que a leitura destas páginas requer a aquisição de uma adequada competência, através duma formação que leia os textos no seu contexto histórico-literário e na perspectiva cristã, que tem como chave hermenêutica última «o Evangelho e o mandamento novo de Jesus Cristo realizado no mistério pascal». Por isso exorto os estudiosos e os pastores a ajudarem todos os fiéis a abeirar-se também destas páginas por meio de uma leitura que leve a descobrir o seu significado à luz do mistério de Cristo.

2. Unidade do AT e NT

A doutrina da unidade do AT e do NT é comum a toda a Tradição patrística e medieval. Essa unidade tem o seu centro na Pessoa do Filho de Deus encarnado e decorre da unidade do desígnio e da revelação de Deus. Por isso, a palavra “antigo” que damos aos livros da Antiga Aliança não deve nos levar a pensar que já tenham perdido o seu valor.

Depois de considerar a íntima relação que une o Novo Testamento ao Antigo, é espontâneo fixar a atenção no vínculo peculiar que isso cria entre cristãos e judeus, um vínculo que não deveria jamais ser esquecido. Aos judeus, o Papa João Paulo II declarou: sois «os nossos “irmãos prediletos” na fé de Abraão, nosso patriarca». Por certo, estas afirmações não significam ignorar as rupturas atestadas no Novo Testamento relativamente às instituições do Antigo Testamento e menos ainda o cumprimento das Escrituras no mistério de Jesus Cristo, reconhecido Messias e Filho de Deus. Mas esta diferença profunda e radical não implica de modo algum hostilidade recíproca. Pelo contrário, o exemplo de São Paulo (cf. Rm 9-11) demonstra que «uma atitude de respeito, estima e amor pelo povo judeu é a única atitude verdadeiramente cristã nesta situação que, misteriosamente, faz parte do desígnio totalmente positivo de Deus». De fato, o Apóstolo afirma que os judeus, «quanto à escolha divina, são amados por causa dos Patriarcas, pois os dons e o chamamento de Deus são irrevogáveis» (Rm 11,28-29). Além disso, usa a bela imagem da oliveira para descrever as relações muito estreitas entre cristãos e judeus: a Igreja dos gentios é como um rebento de oliveira brava enxertado na oliveira boa que é o povo da Aliança (cf. Rm 11,17-24). Alimentamo-nos, pois, das mesmas raízes espirituais. Encontramo-nos como irmãos; irmãos que em certos momentos da sua história tiveram um relacionamento tenso, mas agora estão firmemente comprometidos na construção de pontes de amizade duradoura. Como disse o Papa João Paulo II noutra ocasião: «Temos muito em comum. Juntos podemos fazer muito pela paz, pela justiça e por um mundo mais fraterno e mais humano». Desejo afirmar uma vez mais quão precioso é para a Igreja o diálogo com os judeus. É bom que, onde isto se apresentar como oportuno, se criem possibilidades mesmo públicas de encontro e diálogo, que favoreçam o crescimento do conhecimento mútuo, da estima recíproca e da colaboração inclusive no próprio estudo das Sagradas Escrituras (VD 43).

O que é tipologia?

Tipologia é o modo de interpretar eventos, pessoas e coisas como “tipos” que revelam em modo obscuro os “antítipos” do NT que realizam a revelação e a salvação.

Assim Adão e Melquisedec são tipos de Cristo (Rm 5,14; Hb 6,20-7,28). A história do Povo de Deus no êxodo do Egito prefigura as dificuldades que os cristãos devem enfrentar e os sacramentos que recebem (1Cor 10,1-11). O dilúvio prefigura o batismo (1Pd 3,20-21) e o maná no deserto antecipa o pão da vida (Jo 6,48-51). Santo Irineu (130-200) e depois a escola de Alexandria foram atentos a esse sentido típico da Escritura que Orígenes (185-254) desenvolveu numa direção alegórica. No ocidente a interpretação tipológica foi adotada por Ambrósio (339-397) e depois por Santo Agostinho de Hipona (354-430) através do qual passou para os latinos da Idade Média.

3. Etapas da formação dos Evangelhos

A origem dos Quatro Evangelhos (e também dos outros escritos do NT) depende da comunidade primitiva. Mais exatamente, eles são posteriores à existência da Igreja Primitiva. Em sua forma escrita, a Palavra de Deus é posterior à existência da Igreja dos Apóstolos: primeiro a Igreja Apostólica recebeu a revelação divina e a tradição dos Apóstolos e a testemunharam pela palavra (pregação), pela eucaristia (liturgia) e pela vida (martírio e serviço), e só depois apareceram os escritos do NT como fixação escrita e inspirada da fé vivida pela Igreja. A origem dos escritos do NT atesta o fato de que a Palavra de Deus foi escrita primeiramente no coração dos fiéis, e só depois nos meios materiais. Os escritos do NT são Palavra de Deus exatamente porque são o testemunho inspirado e consignado por escrito do desígnio histórico-salvífico de Deus realizado visivelmente na Igreja. Justamente por ser essa a autoexpressão escrita da fé da Igreja apostólica, a Escritura tornou-se para a Igreja posterior *norma non normata* (norma suprema) da fé e da fidelidade da Igreja. Por isso quando a Igreja lê a Escritura, reconhece-se nela e reconhece sua própria fé.



A Igreja e a Escritura

Há uma verdadeira e perene osmose entre Igreja e Escritura: a Igreja recebe, contém e transmite a Escritura; a Escritura reúne a comunidade. “Onde a Sagrada Escritura é separada da voz viva da Igreja, torna-se vítima das controvérsias dos peritos” (Bento XVI, Homilia de posse da Basílica do Latrão, 7 de maio de 2005).